



**JUSTIÇA** ■ PATRIMÓNIO ASCENDE A 3,2 MILHÕES DE EUROS

# Ninguém quer as casas dos juízes

■ Das 44 residências postas à venda, apenas uma foi comprada. Nem o financiamento a 100% da Caixa Geral de Depósitos foi argumento suficiente

● RAQUEL OLIVEIRA

O Ministério da Justiça só conseguiu vender uma das 44 casas de magistrados que colocou à venda em junho. Apesar de os imóveis terem financiamento a 100% da Caixa Geral de Depósitos (CGD), apenas foi vendido um T2, no Funchal, por 68 500 euros, mais 500 euros do que o preço-base pedido.

As hastas públicas destinadas à venda das 44 casas que até agora serviam para residência temporária dos juízes ficaram desertas, com exceção da que se realizou no Funchal no passado dia 25 de junho. Com preços que variam entre os 29 750 euros e um máximo de 226 100 euros, esta venda de património do Ministério da Justiça contou com financiamento da CGD, que oferecia ainda as despesas de avaliação.

No total, o valor dos imóveis ascendia a 3,2 milhões de euros, de acordo com a página do ministério liderado por Paula Tei-



As casas de função dos juízes estão a ser vendidas em hasta pública

**Preços dos imóveis variam entre os 29 750 e 226 100 €**

xeira da Cruz, com distribuição de norte a sul do País. Além de apartamentos e vivendas, estão também na lista para venda alguns terrenos urbanos.

Já no ano passado, das 72 casas de juízes levadas a leilão, fo-

ram apenas vendidas 29. A crise económica que se faz sentir no País, em particular no setor imobiliário, é a grande razão para que as hastas públicas da Justiça fiquem desertas. Os leilões foram organizados pelo Instituto

de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça e tinham por objetivo conseguir receitas para o ministério. Os imóveis voltam a hasta pública no final do ano, adiantou ao CM fonte do Ministério da Justiça ■

NUNO FERNANDES VIEIRA